

Paisagem urbana: parque, lazer e turismo

Mariana Inocência Oliveira Melo¹

Lara Santana Santos da Nóbrega²

Karina Dias³

Universidade de Brasília - UnB

Resumo: O meio urbano possui uma crescente demanda de espaços para o lazer, em especial, por “parques urbanos”, que são espaços públicos capazes de estabelecer relações sociais mediante práticas esportivas, educativas, culturais, artísticas ou ambientais. Os parques urbanos são representativos nas paisagens das cidades, pois permitem a socialização e a contemplação/fruição de fragmentos da natureza, capazes de romper com o universo do cotidiano. Deste modo, são significativos nos planos e projetos das *urbes*, contribuindo para a harmonia da composição das paisagens urbanas. Portanto, a discussão do artigo tem a intenção de apresentar os parques urbanos como espaços que (re)configuram as paisagens da cidade e que possibilitam, aos seus frequentadores, diversas apropriações desses espaços, seja por meio das práticas de lazer seja pelo turismo.

Palavras-chave: Parques urbanos; Turismo; Lazer; Paisagem; Natureza.

Introdução

O crescimento das cidades se intensificou com a Revolução Industrial, assim como o processo de urbanização, com a implantação de infraestruturas e serviços/equipamentos urbanos para atender às necessidades dos cidadãos⁴. Com as inúmeras transformações ocorridas nas cidades desde esse período, podemos afirmar que, em decorrência do uso e da ocupação desordenada do solo nos aglomerados urbanos, reduziram-se os espaços com a presença da natureza destinados ao lazer e às interações sociais.

Desse modo, o interesse em estudar os parques urbanos se deu pelo fato de as cidades necessitarem de espaços de lazer e recreação que rompam com o universo do cotidiano, tornando-se fonte de equilíbrio para a qualidade de vida de seus moradores. O uso dos

¹ Mestranda em Turismo (Universidade de Brasília – Centro de Excelência em Turismo), Tecnóloga em Planejamento Turístico e Hotelaria (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás). *E-mail:* mariinocencio@gmail.com

² Mestranda em Turismo (Universidade de Brasília – Centro de Excelência em Turismo), Turismóloga (Universidade Federal da Paraíba). *E-mail:* lara_santina@hotmail.com

³ Pós-doutorado em Poéticas Contemporâneas pela UnB e Doutorado em Arte pela Université Paris I - Panthéon Sorbonne. É professora adjunta do CET Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília. *E-mail:* karinadias.net@gmail.com

⁴

parques urbanos para as práticas de lazer e turismo demonstram a necessidade de um planejamento urbano harmônico, por promoverem a socialização e a interação do homem com a natureza, por meio de atividades esportivas, artísticas, culturais, educativas e contemplativas. Desta forma, os habitantes passaram a exigir dos órgãos públicos e das instituições responsáveis a criação e a revitalização de ambientes de natureza parques, jardins, bosques e ruas arborizadas que, espalhados pela cidade, se tornam promotores do turismo.

Neste estudo, relacionam-se os parques urbanos com o lazer e o turismo para suscitar um questionamento sobre a experiência na cidade. São esboçadas também proposições teórico-conceituais sobre as paisagens cotidianas, paralelas às situações rotineiras, articulando-se a ideia de que, ao conhecê-las, tornam-se espaços de contemplação/fruição na *urbe*. Cabe salientar que as paisagens e seus aspectos estruturais e estéticos são atrativos tanto para o turismo como para o lazer da comunidade.

Este artigo está estruturado em três partes: 1- Parques: relação com as paisagens da cidade, - discorre sobre a criação ou revitalização dos parques urbanos - espaços públicos que promovem a socialização e a construção do espaço como um fragmento de natureza, decorrente do crescimento das cidades, tanto no aspecto espacial quanto na demanda por infraestrutura e/ou serviços urbanos, representativos na paisagem das *urbes*. 2- Paisagem e natureza na cidade, - parte da análise das paisagens urbanas e suas relações com os cidadãos e os turistas. Mescla-se, ainda, uma abordagem relacional entre a natureza e a cidade, à luz do olhar diferenciado sobre a natureza como parte do espaço urbano. 3- Paisagens urbanas e socialização: práticas de lazer e turismo, - apresenta uma revisão bibliográfica que analisa os espaços das cidades que são referências para o lazer e o turismo, sendo os parques urbanos uma paisagem de representação para a cidade.

Parques: relação com as paisagens da cidade

A produção do conhecimento acerca dos atrativos dos parques urbanos, para as práticas de lazer e turismo, evidencia a necessidade de melhor qualidade de vida das populações em resposta ao agravamento das condições gerais de saúde pós-Revolução Industrial. A

partir das mudanças ocorridas nos séculos 18 e 19, com jornadas de trabalho exaustivas, o tempo de convivência social e o uso dos espaços públicos diminuíram.

Neste sentido, os governos ampliaram os espaços verdes das grandes cidades com o intuito de preservar o meio ambiente e promover a socialização dos trabalhadores com suas famílias, apesar de sua construção estar ligada ao poder político, como enfatiza Serpa (2007, p. 70): “concebido como equipamento urbano e recreativo, o parque público está ligado, sobretudo, a uma vontade política”. Diante das dificuldades estruturais enfrentadas pelas cidades, no século 19, reforçou-se a preocupação com a vegetação, ocorrendo mudança na concepção de jardim privado, comum em palácios, castelos e conventos, para espaços públicos - parques urbanos -, ainda que restritos à própria burguesia.

À medida que as cidades cresciam e a população demandava infraestrutura, aumentavam as queixas sobre alguns aspectos urbanos (trânsito, poluição atmosférica, mau cheiro, barulho, espaços de miséria, etc.) e diminuía os espaços com fragmentos de natureza disponíveis para a população, que foram substituídos por casas, ruas, comércios, dentre outros. Assim, teve início a preocupação com reformas sanitárias, por meio de leis de saúde pública, para a consecução de higiene/limpeza urbana e a construção de melhor infraestrutura. As queixas dos cidadãos se estenderam também ao fato de a industrialização ter promovido o crescimento das cidades em detrimento dos espaços de natureza. Jardins particulares construídos no século 17 deram lugar às construções habitacionais e comerciais, no século 18 (SPIRN, 1995, p. 47).

Desta forma, o uso dos parques urbanos para as práticas de lazer e turismo demonstram a necessidade de um planejamento urbano harmônico, tendo-se em vista que representam um espaço de socialização, por meio de atividades ligadas ao esporte, à arte, à cultura e à educação. Percebe-se, então, que os parques urbanos são como antídotos para os males urbanos: melhoram o clima, contrapondo-se à aridez provocada pelo excesso de construções urbanas; diminuem a poluição do ar; enfim, permitem o contato com a natureza, dentre outros.

A ideia de introduzir a natureza nos espaços urbanos estendeu-se aos planejadores do século 19. Esse período foi marcado por um crescimento intenso nas cidades que ocasionou o superpovoamento e a poluição dos meios naturais. Logo, foram construídos mais parques públicos, com a intenção tanto de atender aos habitantes – pelo valor

estético, cultural e de lazer – quanto pela constituição ambiental e pela influência na paisagem de seu entorno, associando-se aos requisitos naturais, sociais, culturais e históricos (re)configurados nas paisagens das cidades, em razão da desintegração do tecido físico e social.

A presença da natureza é essencial no planejamento das cidades, pois é importante tanto em seus aspectos estéticos quanto por proporcionar um ambiente agradável, tornando-se uma fonte de equilíbrio e de qualidade de vida aos seus habitantes.

Paisagem e natureza na cidade

As cidades são compostas por diversos tipos de paisagens – históricas, culturais, artísticas e naturais – proporcionando às pessoas o sentimento de pertencimento ao local, uma vez que são resultantes dos aspectos históricos e culturais que compõem a forma organizacional e o modo de vida da sociedade. Assim, “a paisagem é resultado do acúmulo de ações temporais” (CASTROGIOVANNI, 2001, p. 132).

Os espaços urbanos constituídos por ambientes naturais, em sua maioria, são modificados pelo homem para a construção e adaptação de suas infraestruturas, com o intuito de suprir as necessidades dos cidadãos, como por exemplo, o abastecimento de água, energia, produção de alimentos, residência, rua etc., decorrentes do crescimento das cidades, tanto no aspecto espacial quanto na demanda por infraestrutura e ou serviços urbanos. Spirn (1995, p. 15) apresenta pormenorizadamente a relação entre cidade e natureza, afirmando que:

A natureza permeia a cidade, forjando relações entre ela e o ar, o solo, a água e os organismos vivos em seu interior e a sua volta. As forças da natureza [...] reconhecidas e aproveitadas, representam um poderoso recurso para a conformação de um hábitat urbano benéfico; ignoradas ou subvertidas, ampliam os problemas que há séculos castigam as cidades, como enchentes, deslizamentos e a poluição do ar e da água.

Diante do exposto, pode-se constatar que a natureza se encontra todo o tempo em toda parte, porém, há uma crença de que a *urbe* está separada da natureza e, ao mesmo tempo, contrária a ela. Devido ao crescimento desenfreado das cidades, os graves problemas ambientais urbanos tornaram-se crônicos, reafirmando a ideia de que são necessários planejamento e projetos urbanos que se constituam em intervenções nas

paisagens e no modo de vida da sociedade. Ressalta-se que, ao realizar a construção e o desenvolvimento da cidade, o homem deve produzir o mínimo de impactos nos aspectos naturais, uma vez que as infraestruturas urbanas precisam adaptar-se aos elementos naturais – rios, planícies, colinas, encostas etc. Spirm (1995, p. 27) reafirma que “muitas cidades devem sua localização, seu crescimento histórico e a distribuição da população, bem como o caráter de seus edifícios, ruas e parques às características diferenciadas de seu ambiente natural”.

Para desfrutar dos ambientes naturais da cidade e perceber as atitudes indevidas sobre a natureza é necessária uma nova postura com relação à configuração da *urbe*. A cidade precisa ser reconhecida como parte da natureza, ou seja, que o espaço natural está dentro dela. Com a conscientização do valor social e do poder da natureza, por parte dos planejadores urbanos e dos habitantes, ela passa a ser cultivada e incorporada aos projetos da cidade, respeitando-se sua estrutura física e geológica. O fato de não se ignorar nem se subjugar a natureza, torna-se uma forma de (re)construir a cidadania⁵, devolvendo o sentido de dignidade da vida urbana.

Os parques, por sua vez, são construções urbanísticas criadas com o princípio de assegurar a biodiversidade, por meio da preservação de remanescentes da vegetação nativa e nascente. Eles são espaços capazes de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, proporcionando em sua infraestrutura locais com capacidade de realizar pesquisa científica, atividades culturais, sociais, ambientais, etc. Logo, esses espaços propiciam a reconfiguração das paisagens urbanas e a presença de atividades ligadas à educação ambiental, capazes de estimular o convívio harmônico do homem com a natureza, aliado ao mínimo de impacto possível. Tendo-se em vista que, com a alta demanda populacional, surge a necessidade da preservação de áreas compostas por natureza⁶ para proporcionar aos habitantes espaços de contemplação/fruição e socialização na cidade.

⁵ A concepção de cidadania é composta pelos direitos e deveres dos indivíduos, construída coletivamente e em busca de uma sociedade melhor. Todos os homens são iguais, permitindo a todos os direitos civis, políticos e sociais, conforme Covre (2001). Os direitos civis são aludidos como o direito de se dispor do próprio corpo, locomoção, segurança, liberdade de expressão, etc. Os direitos sociais constroem a concepção de cidadania. Concerne ao atendimento das necessidades humanas básicas – salário decente, direito à saúde, à educação, à habitação, dentre outros – repondo a força de trabalho e o sustento do corpo humano. Os direitos políticos referem-se aos dois outros direitos supramencionados, assim os três são dependentes e correlacionados. Este direito diz respeito à liberdade de expressar a opinião, o pensamento; à ideologia religiosa, à prática política, etc (COVRE, 2001).

⁶ “Hoje, esse interesse vem aumentando devido a uma crescente consciência por toda a sociedade dos custos para a saúde e o bem-estar decorrentes de uma contínua degradação ambiental. É tempo de desenvolver o que tem

Há um benefício evidente para a população quando os planejadores das cidades mantêm mais quantidade de espaços naturais, pois:

[...] o ambiente natural de cada cidade permanece uma estrutura duradoura na qual atua a comunidade humana. O ambiente natural de uma cidade e sua forma urbana, tomados em conjunto, compreendem um registro da interação entre os processos naturais e os propósitos humanos através do tempo. Juntos, contribuem para a identidade única de cada cidade (SPIRN, 1995, p. 28).

Com relação aos tipos de paisagens para o turismo, os recursos naturais, as manifestações culturais, a historicidade e a arquitetura são destaques na oferta turística. As paisagens turísticas⁷, em sua maioria, são cenários intencionalmente construídos, conforme o conjunto de imagens idealizadas pelo homem. De acordo com Silva (2004, p. 58), “explorando características naturais ou culturais do território e das cidades, o turismo recria paisagens ao associar imagens e lugares, mesclando elementos virtuais e reais”. Logo, a paisagem é um componente essencial para o desenvolvimento do turismo: os turistas buscam as paisagens urbanas constituídas de elementos naturais, devido ao fato de o aspecto visual ser um dos primeiros fatores de atração turística; por conseguinte, destacam-se nas cidades os espaços com belezas naturais. Para Silva (2004, p. 51) esses locais tornam-se fortes atrativos turísticos, pois

O turismo como atividade organizada no mundo contemporâneo tornou a natureza, de certa forma, mais ‘doméstica’, permitindo às pessoas comuns, não apenas aos aventureiros e exploradores ricos, o desfrute de paisagens selvagens com o conforto de uma viagem planejada e sem riscos. A natureza controlada e domesticada oferece, além do conforto, o contraponto necessário à exaltação da natureza selvagem e indômita imaginada pelos antigos exploradores.

Reitera-se que as paisagens são componentes essenciais para o desenvolvimento das atividades turísticas, sendo que aquelas que contêm caracteres estruturais típicos do grupo social devem ser preservadas, pois fazem parte da história e cultura locais. As

sido um apego romântico aos ornamentos da natureza em um empenho para remodelar a cidade em harmonia com os ciclos da natureza. O conhecimento dessas atividades e a aplicação da nova tecnologia podem fornecer esses meios” (SPIRN, 1995, p. 52).

⁷ “A paisagem, sendo um componente essencial para o desenvolvimento do turismo, é transformada segundo critérios formais e estéticos direcionados a compor cenários elaborados ou não sobre qualidades naturais e culturais intrínsecas das cidades e do seu território, qualidades que, por sua vez, são utilizadas no processo de veiculação de uma determinada imagem” (SILVA, 2004, p. 22-23).

paisagens⁸ são compostas pela inter-relação do espaço encontrado com os elementos concretos - aspectos históricos, naturais e arquitetônicos - e com os aspectos simbólicos - culturais e imaginários -, pensados de forma que suas (re)construções sejam ordenadas com o meio nos quais estão inseridas. Em suma, a interação das atividades humanas com o ambiente natural deve ocorrer harmonicamente, dado que o crescimento da cidade, tanto em tamanho quanto em densidade, agrava os problemas ambientais, afetando o bem-estar da população. É necessário, então, um rigoroso planejamento para que esses problemas sejam suprimidos.

Por outro lado, antes de uma paisagem tornar-se turística ela é voltada para a comunidade. Neste propósito, “[...] a paisagem se revela em meio às situações rotineiras e banais, em um movimento acelerado de pontos de vista distintos; ela é passagem, um deslocamento do olhar” (DIAS, 2010, p. 113). Dias (2010, p. 113) sugere que “a experiência da paisagem no cotidiano se forja, então, na junção entre certa maneira de olhar e os caminhos percorridos. Ela tomaria forma a partir de detalhes corriqueiros que, por serem vistos e (re)vistos continuamente, se tornariam invisíveis aos nossos olhos”. A autora completa, ainda, que “[...] perceber uma paisagem é vislumbrar uma nova configuração do espaço de sempre” (2010, p. 114). Compreende-se que as paisagens do cotidiano da comunidade passam despercebidas por se tornarem habituais à sociedade. Desse modo, pode-se pressupor que as paisagens cotidianas são referências para o turismo da cidade, tornando-se um meio para o contato entre os moradores e os turistas, permitindo que cada um estabeleça um significado diferente para essas paisagens. Dias (2010, p. 126) confirma a assertiva com a seguinte elucidação:

A paisagem seria então uma forma de enquadramento designado pelo olhar. Uma eleição que conjugaria simultaneamente o individual, íntimo e pessoal e o coletivo, social e cultural. Cada um de nós traz consigo suas ‘molduras culturais’ que, a um só tempo, individualizam as várias formas de ver e atestam o compartilhamento de impressões. Múltiplas maneiras de ver, de ser e de compreender o mundo.

Diante dessas explanações, percebe-se que o “olhar sobre a paisagem” é diferenciado para cada pessoa, já que a comunidade e os turistas possuem experiências de vida e olhares diversos. Em alguns casos, acontece de paisagens ou detalhes passarem

⁸ “[...] as paisagens são testemunhas visuais de elementos estéticos e simbólicos construídos historicamente e que, quando identificados e apropriados pelo viajante, despertam um renovado interesse no lugar visitado e contribuem para estabelecer uma valorização qualitativa” (SILVA, 2004, p. 27).

despercebidos aos turistas devido ao fato de não conhecerem a cultura, a história e os costumes da localidade. Por sua vez, os habitantes devem incitar a vontade de ver as paisagens do cotidiano, para observá-las em seus deslocamentos diários, passando a conhecer o seu espaço urbano, antes desconhecido⁹. A percepção da paisagem é marcada pela subjetividade e por uma interpretação particular. Castrogiovanni (2001, p. 133) esclarece que:

Sabe-se que este conjunto de símbolos, traços e signos, percebidos por olhares diversos, nem sempre são sentidos pela simbolização turística das pessoas. Tal situação também está atrelada aos estados emotivos de quem as observa e, logicamente, também às bagagens culturais. Os múltiplos elementos interativos da paisagem apresentam-se em infinitos quadros nos quais as molduras são atribuídas às ações humanas, que representam as necessidades, os interesses, desejos e fantasias dos grupos sociais.

Para que os turistas parem e contemplem a paisagem ao seu redor e os cidadãos tenham um momento de contemplação da paisagem rotineira, é necessário “[...] encontrar em permanência novos pontos de vista e de contato, novos elos que nos aproximam dos espaços de todos os dias” (DIAS, 2010, p. 115). Pressupõe-se que a paisagem vista passa a existir com outras características específicas, a partir do momento em que “trabalhar com o *invisível*, o *n[ã]o-visto*, é se dar conta de que vemos e de que, acima de tudo, não vemos; de que, na rotina, experimentamos frequentemente um estado de cegueira” (Ibid., p. 115-116, grifo da autora).

No cotidiano, a maioria dos cidadãos não observam as paisagens, por considerá-las comuns, conseqüentemente não reconhecem suas peculiaridades. Desse modo, não veem as características de diversas paisagens de sua cidade, que, muitas das vezes, proporcionam recreação, lazer e descanso. Dias (2010, p. 113) contempla ainda que:

[...] a paisagem é mais do que um simples ponto de vista ótico. Ela é ponto de vista e ponto de contato, pois nos aproxima distintamente do espaço, porque cria um elo singular, nos entrelaçando aos lugares que nos interpelam. Certamente, a paisagem deriva de um enquadramento do olhar, alia o lado objetivo e concreto de mundo à subjetividade do observador que a contempla. A paisagem é uma experiência sensível do espaço.

⁹ “[...] para que uma paisagem possa existir, para que tome forma, uma consciência-paisagística deve ser convocada. Essa consciência alerta, desperta, fruto da aliança entre um sentimento e um espaço, imersa em um processo afetivo exclusivamente humano, destacaria do espaço focado e de seus elementos concretos sua abstração como paisagem” (DIAS, 2010, p. 126).

Por conseguinte, o conhecimento e o entendimento da história local e a contextualização das paisagens presentes no dia a dia, para que se convertam em lugares de paragem, são um desafio.

Paisagens urbanas e socialização: práticas de lazer e turismo

O que possibilitou o nascimento, o crescimento e o desenvolvimento do turismo foi o capitalismo industrial. A partir da Revolução Industrial, as viagens tornaram-se expressivas, em razão da busca pelo descanso e da fuga da rotina, posto que esse período foi marcado por jornada de 15 a 16 horas, por salário miserável, sem descanso e por um período muito longo da vida.

Nessas circunstâncias, surgiram as reivindicações sociais para diminuir a carga horária de trabalho, obter férias, folga nos finais de semana e aposentadoria, conquistadas, por exemplo, no Brasil, em 1943, durante o governo de Vargas. Neste sentido, verifica-se que o tempo livre, tanto para o lazer quanto para o turismo, foi conquistado com a redução da jornada de trabalho.

Dumazedier (2004, p. 25) salienta que “a necessidade de lazer cresce com a urbanização e a industrialização”. Aproveitar o tempo livre de forma mais produtiva, com o intuito de adquirir novas informações e conhecer culturas distintas, a fim de se tornarem mais críticas, tornou-se um imperativo para as pessoas. Sucede-se, assim, o aprimoramento das reflexões sobre as informações diárias confrontando-as com a realidade. Dessa forma, Molina (2005, p. 59, tradução nossa) reitera que:

o turismo é capaz de proporcionar aos indivíduos uma série de experiências que ajudam a melhorar a compreensão de si e do mundo ao seu redor, ajudá-los a melhorar sua comunicação com os outros, para valorizar suas próprias habilidades e competências e estabelecer compromissos com vários aspectos críticos de sua realidade e da realidade social.

Como o homem é repleto de necessidades contraditórias, sejam elas trabalho/descanso, vigília/sono, esforço/repouso, receita/despesa, profissão/família, liberdade/obrigação, risco/segurança (KRIPPENDORF, 2009, p. 33), “[...] a principal estratégia do mercado de turismo é o estabelecimento de antíteses entre realidade e imaginário, entre a festa e o cotidiano, entre os lugares de trabalho e os lugares de lazer” (SILVA, 2004, p. 22).

Depreende-se que os incentivos para realizar uma viagem podem ser fundamentados pela busca de descanso, de contato com outra cultura e com a natureza, de saúde e prazer, de acordo com as necessidades e desejos, particularizados em cada pessoa.

Os lugares turísticos geralmente são escolhidos e admirados por suas paisagens, sobressaindo os aspectos visuais mais desejáveis e atraentes para a indução do consumo. Segundo Ribeiro (2001, p. 146), a atratividade turística nos centros urbanos “[...] está centrada no grau de interesse arquitetônico, histórico e cultural que o patrimônio histórico e demais componentes da paisagem urbana geram na visitação e nos serviços existentes, enquanto atração de ‘consumo cultural’¹⁰”.

As paisagens - naturais, históricas e culturais -, intrínsecas às cidades e aos seus territórios, estão vinculadas a imagens e imaginários¹¹ e, na maioria das vezes, constituem o motivo condutor do viajante. O turismo e o lazer nas cidades transformam antigas paisagens em novos atrativos, trazendo a valorização e o embelezamento desses espaços; conseqüentemente, melhoram a qualidade de vida da população, proporcionam uma gama de atrativos turísticos na *urbe* e geram novas oportunidades econômicas.

Moesch (2002, p. 09) descreve o turismo dentro dos aspectos sociais, culturais e históricos, afirmando que:

é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório dessa dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico.

¹⁰ No que se refere ao interesse turístico pela cultura, Gastal (2001, p. 121) afirma que “a cultura apropriada pelo Turismo é a cultura que gera produtos e manifestações concretas, sejam elas eruditas ou populares”. No entanto, “a cultura passará a ser veículo de socialização entre visitantes e visitados, quando ela for um processo vivo de um fazer de uma determinada comunidade” (p. 127). Ainda, a “cultura é um insumo turístico importante, mas é aquela cultura viva, praticada pela comunidade em seu cotidiano” (p. 129).

¹¹ “Imagens porque, na própria cidade ou no estrangeiro, antes de se deslocarem para um novo lugar, as pessoas já terão entrado em contato com ele visualmente, por meio de fotos em jornais, folhetos, cenas de filmes, páginas na internet ou mesmo por intermédio dos velhos e queridos cartões-postais. Imaginários porque as pessoas terão sentimentos, alimentados por amplas e diversificadas redes de informação, que as levarão a achar um local ‘romântico’, outro ‘perigoso’, outro ‘bonito’, outro ‘civilizado’. A esses sentimentos construídos em relação a locais e objetos (e, por que não, a pessoas?) temos chamado de imaginários” (GASTAL, 2005, p. 12-13).

O avanço do fenômeno turístico, por meio de suas peculiaridades, permite o seu desenvolvimento em diversas regiões, e “[...] são justamente os valores e os traços culturais com especificidades territoriais que fazem a existência dos lugares” (CASTROGIOVANNI, 2001, p. 134). É necessário um planejamento adequado para preservar tanto os aspectos sociais e ecológicos, quanto proporcionar benefícios à população, seja nos aspectos do contato com os turistas, seja com relação à exploração e ao desenvolvimento turístico. Ressalta-se, ainda, que, quando há controle no desenvolvimento do turismo, essa atividade traz benefícios à vida econômica, política, cultural e social da comunidade.

De La Torre (1991, p. 19, tradução nossa) afigura o conceito de turismo ligado à questão social e à cultura, como:

[...] deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

O turismo associado à prática social pode ser exemplificado pelo deslocamento do turista e o contato com o novo e o inesperado, levando-o a (re)pensar e (re)avaliar o local, a cultura, o modo de vida dos autóctones, adquirindo a formação de um novo conhecimento; e também de sentimento, comportamento social e cultural renovados. Desse modo, pode-se pressupor que o turismo e o lazer, compostos pelo aspecto cultural e pela prática social interferem no desenvolvimento pessoal dos indivíduos, sendo assim instrumentos de mudanças.

Do ponto de vista do desenvolvimento cultural do lazer, Dumazedier (1980) divide-o em cinco categorias: físico, prático, artístico, intelectual e social. Essas categorias não devem ser lembradas isoladamente, pois partem de opções pessoais, o que nos leva a pensar o homem de maneira integrada - corpo e mente - e que a escolha de uma atividade pode ser feita com mais de uma opção.

Compartilhando da ideia de Camargo (2003, p. 18), acredita-se que pode ser acrescentada mais uma área de interesse cultural nessa classificação, o turístico, marcado pela prática de atividade voluntária, desinteressada e prazerosa, ligada ao lazer no campo educativo, relacionando-o com a participação social e lúdica. O referido

interesse possibilita a abertura para uma vida cultural e educacional intensa e diversificada.

Admitir a importância do lazer na vida moderna “[...] significa considerá-lo um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social” (MARCELLINO, 1996, p. 15-16). Entende-se que o turismo e o lazer estão associados, sendo essas práticas realizadas com a liberação do trabalho e das obrigações familiares, religiosas, sociais e políticas. Com o intuito de descansar e repor as energias ao recrear-se, divertir-se, entreter-se individualmente ou em grupo, adquirindo conhecimento e vivência - social e cultural - ao se deslocar para outros espaços, sejam eles próximos ou distantes.

Considerações finais

Entende-se que os parques urbanos são espaços de uso público para estabelecimento de relações sociais, por meio de práticas esportivas, culturais, educativas, artísticas, ambientais e de convivência comunitária e com o turista. A presença dos parques, na estrutura urbana das grandes cidades, é importante para a qualidade de vida das pessoas, para a preservação da natureza e sua configuração espacial.

Estudar os parques urbanos como espaços essenciais na composição das paisagens instiga os cidadãos a (re)pensar a *urbe*, a reposicioná-los em seu cerne, devolvendo-lhes, quem sabe, o lugar que lhes pertence: aquele de um observador atento ao seu espaço, consciente de que a cidade acolhe, a um só tempo, a rotina, a repetição e a contemplação fazendo com que eles parem e observem as paisagens rotineiras que estão ao seu redor.

A percepção dos cidadãos permite uma nova (res)significação das paisagens nas cidades e apresenta novas experiências de apropriação, conhecimento da história e cultura locais, despertando o interesse em preservar. As práticas de lazer e turismo devem ter harmonia com o espaço urbano e é necessário que estejam aliadas à cidadania, para que as pessoas tenham uma postura de minimizar os impactos nas paisagens locais, bem como de respeitar o princípio de que se trata de um bem comum.

Referências

CAMARGO, Luiz O. Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 2003. 2ª reimpr. da 3. ed. de 1992.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **Por que geografia no turismo? Um exemplo de caso**: Porto Alegre. IN: GASTAL, Susana (org.). Turismo 9 propostas para um saber-fazer. 2ª ed. (p. 131-143). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção Comunicação, 4).

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DE LA TORRE, Oscar. **El turismo fenómeno social**. 6ª ed. Fondo de Cultura Económica. México. 1991.

DIAS, Karina. **Entre visão e invisão**: paisagem [por uma experiência da paisagem no cotidiano]. 1ª ed. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Artes / VIS. Universidade de Brasília – UNB. 2010.

DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo, SESC, 1980.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GASTAL, Susana. **O produto cidade**: caminhos de cultura, caminhos de turismo. IN: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.). Turismo urbano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GASTAL, Susana. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005. (Coleção ABC do Turismo).

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução: Contexto traduções. 3. ed. rev. e ampl.. São Paulo: Aleph, 2009.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996. (Coleção educação física e esportes).

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. 2. ed. São Paulo: Contexto. 2002.

MOLINA, Sergio. **Fundamentos del nuevo turismo**. 3. ed. 2005. México.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. **Goiânia**: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Maria da Glória Lanci da. **Cidades turísticas**: identidades e cenários de lazer. São Paulo: Aleph, 2004. (Série Turismo).

SPIRN, Anne Whiston. **O jardim de granito**: a natureza no desenho da cidade. Tradução: Paulo Mesquita Pellegrino. São Paulo: Edusp, 1995.